

EDITAL NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

EDITAL Nº 003/2017 – SESA

ESTABELECE NORMAS PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA), CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 809/2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, alínea "o", faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado destinado a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, conforme disposto na Lei Complementar nº 809/2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se à formação de **cadastro de reserva** (CR) para contratação em regime de designação temporária para atender às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) nas unidades pertencentes à rede em todo o Estado.

1.2 Caberá à Comissão do Processo Seletivo, instituída pela SESA, a coordenação geral do processo de seleção de que trata este Edital.

1.3 A SESA dará ampla divulgação às etapas através de publicações no Diário da Imprensa Oficial (DIOES), divulgadas nos sites: www.selecao.es.gov.br e www.saude.es.gov.br.

2. DAS ETAPAS

2.1 O processo seletivo compreenderá as seguintes etapas:

a) 1ª ETAPA - INSCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO: serão realizadas eletronicamente através do site www.selecao.es.gov.br e terão caráter classificatório, de acordo com os requisitos estabelecidos para cada cargo, dispostos no anexo I deste Edital. Esta etapa será totalmente informatizada.

b) 2ª ETAPA - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - Convocação dos candidatos classificados para a apresentação da documentação comprobatória exigida, para avaliação das informações prestadas na 1ª ETAPA. **Nesta etapa os candidatos aprovados irão compor o cadastro de reserva.** Essa etapa é eliminatória e o não comparecimento na data de convocação e/ou não comprovação dos documentos informados na 1ª etapa implicará em **INDEFERIMENTO da inscrição não havendo RECLASSIFICAÇÃO.**

c) 3ª ETAPA - FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO: De acordo com a conveniência da Administração, será feita Formalização do Contrato de Prestação de Serviço em Caráter Temporário, nos termos do item 8.1. Esta etapa é eliminatória. O não comparecimento na unidade em data estabelecida implicará na **ELIMINAÇÃO** do candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 O presente Edital é destinado à formação de **cadastro de reserva** para os cargos: **Técnico em Imobilização Ortopédica, Técnico em Laboratório (Hemoterapia), Técnico em Laboratório (Anatomia Patológica), Técnico em Órtese e Prótese, Técnico em Radiologia** por Microrregião, relacionados na plataforma de inscrição no site www.selecao.es.gov.br que serão preenchidos de acordo com a necessidade e conveniência da Administração.

3.2 A carga horária prevista para os cargos é de 40 horas semanais, exceto para o cargo de Telefonista, que será de 30 horas semanais.

3.3 As contratações temporárias serão formalizadas em conformidade com a Lei Complementar nº 809/2015.

4 - DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (PPD)

4.1 Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), o candidato inscrito nesta condição deverá apresentar laudo médico original junto ao Serviço de Medicina do Trabalho e Serviço Social da SESA, que declare compatibilidade com a atribuição do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.2 Para comprovação da condição, o candidato deverá apresentar laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses.

4.3 A inobservância do disposto nos itens 4.1 e 4.2 acarretarão a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

4.4 Os contratos respeitarão a proporção de 20x1 para contratação de pessoa portadora de deficiência, na forma do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, de acordo com a demanda por unidade.

5. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

5.1 São requisitos para a inscrição:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado;

b) ter, na data de inscrição, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

c) se eleitor, estar quite com a Justiça Eleitoral;

d) estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e encontrar-se em situação regular junto a Secretaria da Receita Federal;

e) não estar em débito junto à Fazenda Pública Estadual;

f) estar devidamente inscrito e regularizado junto ao Conselho de Classe para profissionais com registro obrigatório;

g) possuir requisitos exigidos para o cargo e demais qualificações requeridas no processo seletivo;

h) não enquadrar-se nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional ou do Decreto Estadual 2.724-R de 06 de abril de 2011, que trata do acúmulo ilegal de cargo público, respeitando a carga horária máxima de 65 (sessenta e cinco) horas semanais de trabalho.

i) não ter sido desligado da Administração Pública por falta disciplinar;

j) estar quite com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

k) conhecer as exigências estabelecidas neste Edital e na Lei Complementar nº 809/2015 e estar de acordo com elas.

6. 1ª ETAPA - DA INSCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1 As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas exclusivamente pela internet, no site www.selecao.es.gov.br, **a partir das 10h, do dia 03/02/2017, até as 23h59min, do dia 13/02/2017**, observado o fuso-horário de Brasília/DF.

6.2 Neste Edital serão permitidas até duas inscrições por candidato, devendo ser observada a distinção das regiões e

dos cargos.

6.3 O ato de inscrição é único e o candidato deverá informar nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano), CPF, carteira de identidade, endereço residencial completo, telefone, e-mail, grau de escolaridade, os títulos que possui passíveis de comprovação, região, além da declaração de condição de pessoa portadora de deficiência (PPD), se for o caso, e ainda declaração de que não incide nas vedações dos incisos XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal e do Decreto Estadual 2724-R.

6.4 Após o preenchimento dos dados, ao pressionar a tecla "confirmar", **o sistema emitirá a ficha de inscrição, que deverá ser impressa**, para fins de apresentação na 2ª ETAPA - Comprovação de títulos.

6.5 Depois de confirmar a inscrição no sistema, não há possibilidade de alteração, inclusão ou exclusão de informações.

6.6 Não serão aceitas inscrições fora do prazo fixado no item 6.1, e ainda inscrições condicionais, via fax, correspondências ou e-mail.

6.7 O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas no ato de inscrição, assim como em qualquer fase do processo seletivo, **não sendo permitido qualquer recurso** quanto ao seu resultado nesta etapa.

6.8 Nos casos de empate na classificação da 1ª ETAPA, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

a) Maior tempo de experiência profissional;

b) Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento;

6.9 A SESA não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos.

7. DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.

7.1 Nessa etapa deverão ser comprovadas as informações declaradas no ato da inscrição. Os candidatos serão convocados para comparecer com documentos comprobatórios exigidos. A convocação será feita através de Edital próprio, publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado nos sites: www.selecao.es.gov.br e www.saude.es.gov.br, obedecendo aos critérios de ordem de classificação por cargo e região.

7.2 Para comprovação da etapa QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, o candidato de nível médio poderá pontuar um total máximo de 5 (cinco) pontos, mesmo que a soma dos valores de experiência apresentados seja superior a esse valor. Esta etapa possui caráter eliminatório.

7.3 Para pontuação de exercício profissional serão considerados **SOMENTE** períodos iniciados a partir do ano de **2011**.

7.4 Períodos anteriores ao ano de 2011 **não deverão ser informados no momento da inscrição eletrônica** incorrendo em **DECLASSIFICAÇÃO** do candidato.

7.5 Serão exigidas experiência mínima, por cargo, conforme requisito de ingresso constante na plataforma de inscrição no site www.selecao.es.gov.br.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		Valor Máximo de experiência	
A	Exercício de atividade profissional na Administração Pública e/ou na iniciativa privada.	1 ponto por ano completo trabalhado no máximo de 5 anos considerando os ÚLTIMOS 05 anos	5
PONTUAÇÃO			
1 ano completo na data da inscrição (a partir de 2011)		01 ponto	
2 anos completos na data da inscrição (a partir de 2011)		02 pontos	
3 anos completos na data da inscrição (a partir de 2011)		03 pontos	
4 anos completos na data da inscrição (a partir de 2011)		04 pontos	
5 anos completos na data da inscrição (a partir de 2011)		05 pontos	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		5	
Para comprovação do exercício de atividade profissional, não será considerada sobreposição de tempo, conforme item 7.8 do presente edital.			

7.6 Para a avaliação da EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL serão aceitos os seguintes documentos comprobatórios:

I. Para exercício de atividade em empresa/instituição privada, deverá ser apresentado: Carteira de trabalho e previdência social (original), devidamente assinada **no cargo** a que pleiteia, e declaração do empregador com o período (início e fim), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego.

II. Para exercício de atividade em instituição pública, deverá ser apresentado: Declaração/certidão de tempo de serviço: emitida pelo setor de Recursos Humanos da instituição, que informe o período (início e fim, ou até a data da expedição da declaração) e o **cargo exercido**.

Sob hipótese alguma serão aceitas declarações ou certidões de tempo de serviço expedidas por postos de saúde, coordenações de unidades hospitalares, coordenação de unidades escolares ou qualquer outro não especificado neste item.

III. Para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: Contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes e declaração do contratante que informe o período (início e fim), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades.

7.7 Não serão computadas como EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL o tempo de **estágio, monitoria, voluntariado ou como Sócio Proprietário**.

7.8 Para comprovação do exercício de atividade profissional, não será considerada sobreposição de tempo (concomitância).

7.9 Somente serão validadas as comprovações de EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL que especificarem dia/mês/ano de entrada e dia/mês/ano de saída do serviço.

7.10 No caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem baixa sem data de saída) o candidato deverá apresentar por meio de declaração à data do término ou a continuidade do contrato.

7.11 Em caso de impossibilidade de comparecimento do candidato nessa etapa é facultativo ao mesmo nomear procurador com firma devidamente reconhecida em cartório para apresentação de documentação comprobatória,

respeitado a data de convocação para essa apresentação e recurso caso necessária.

7.12 A apresentação inadequada dos documentos descritos no item 5.1 ou o não comparecimento na 2ª ETAPA implicará na imediata ELIMINAÇÃO do candidato.

7.13 As convocações para comprovação dos requisitos e experiência profissional poderão ocorrer a qualquer tempo durante a vigência desse Edital.

8. 3ª ETAPA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Para formalização do Contrato de Prestação de Serviço em Caráter Temporário junto à unidade será exigida a apresentação de cópia simples e legível dos documentos abaixo relacionados.

- a) Diploma/Certificado de Ensino Médio;
- b) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual;
- c) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) que esteja dentro do prazo de validade;
- d) CPF e Comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita Federal;
- e) Título de eleitor com comprovante da última votação ou declaração de quitação da justiça eleitoral;
- f) Certificado de reservista (candidatos sexo masculino);
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- h) Certidão de regularidade junto ao Conselho de Classe e Carteira do Conselho de Classe; (para profissionais com registro obrigatório)
- i) PIS/PASEP;
- j) Comprovante de residência;
- k) Certidão de nascimento ou casamento;
- l) Certidão de nascimento de dependentes (se possuir)
- m) Laudo Médico (Atestado de Médico do Trabalho declarando a aptidão do candidato ao desempenho das funções profissionais inerentes ao cargo).
- n) Cartão SUS.

8.2 Na hipótese da não apresentação da documentação prevista no item anterior para fins de formalização do contrato, o candidato classificado será automaticamente ELIMINADO.

9. DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

9.1 A cessação do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço ocorrerá de acordo com o Art. 14, incisos de I a IV, e parágrafo Único da Lei Complementar nº 809/2015.

10. DOS RECURSOS

10.1. Qualquer recurso deverá ser apresentado, exclusivamente de forma presencial no Núcleo de Recrutamento e Seleção da Secretaria de Estado da Saúde (NRS/SESA), pelo preenchimento de formulário próprio no prazo de até 48h posterior ao indeferimento de sua inscrição na 2ª etapa.

10.2 O formulário de recurso se encontra disponível no Núcleo de Recrutamento e Seleção da Secretaria de Estado da Saúde (NRS/SESA) e site www.selecao.es.gov.br.

10.3. Não serão aceitos recursos por fax, telegrama, e-mail, ou outro meio não especificado.

10.4. A decisão de julgamento de recurso será encaminhada para o e-mail informado pelo candidato no(s) formulário(s) de recurso(s) e estará disponibilizado no NRS/SESA.

10.5. A Comissão de Processo Seletivo terá prazo de até 7 (sete) dias úteis para divulgação de decisão recursal.

10.6. A decisão acerca dos recursos de que trata o item 10.4 é irrecorrível.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1 Caso o desligamento da Administração Pública previsto na letra "h" do item 5 for motivado por falta disciplinar, previsto no Regime Disciplinar da Lei Complementar 046/1994, relativo aos deveres e proibições dos servidores, ficará incompatibilizado o candidato a participar pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua rescisão contratual, de novo recrutamento, seleção e contratação em regime temporário.

11.2 É facultada à Comissão do Processo Seletivo ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase do processo seletivo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

11.3 Os candidatos classificados não convocados para a avaliação de títulos permanecerão compondo o cadastro de reserva a ser utilizado de acordo com o interesse e conveniência da Administração durante a vigência do Edital.

11.4 Em acordo à Emenda Constitucional Estadual 59, publicada em 19/11/2008, o profissional contratado em designação temporária não poderão atuar sob direção imediata de cônjuge, companheiro ou de parentes de até terceiro grau civil, ou seja: por consanguinidade (pai, mãe, avô, avó, filho (a), neto (a), irmão (ã), tio (a), bisavô, sobrinho (a), bisneto (a) e por afinidade (pais, filhos (as), irmãos (ãs), avós, netos, tio (a), bisavós, sobrinho (a), bisneto (a) do cônjuge).

11.5. Excepcionalmente, nas hipóteses de não haver candidatos inscritos ou cadastro de reserva para o cargo de determinada microrregião, a Administração poderá convocar mediante aceite expresso e formal, o candidato originalmente inscrito para a região mais próxima respeitada a classificação no processo seletivo.

11.6 Serão preservados o direito do candidato em permanecer vinculado à região para a qual solicitou sua inscrição

11.7 Este **Processo Seletivo** terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

11.8 Todas as despesas relativas à participação no Processo Seletivo Simplificado, inclusive gastos com viagens e/ou hospedagem, envio de correspondências, autenticação de documentos bem como aquelas relativas à apresentação para contratação correrão a expensas do próprio candidato.

11.9 A aprovação neste processo seletivo simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosa ordem de classificação, conforme a necessidade da administração, na medida em que se fizer necessária a reposição decorrente da rescisão ou extinção dos contratos em vigor ocorrida durante prazo de validade do presente Edital.

11.10 De acordo com a legislação processual civil em vigor ficam eleitas a Comarca de Vitória o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo simplificado.

11.11 Eventuais irregularidades e os casos omissos serão decididos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria de Estado da Saúde e, em última instância, pelo Subsecretário de Estado para Assuntos de Administração e Financiamento da Atenção à Saúde – SSAFAS.

11.12 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I

1. CARGOS E REQUISITOS

Cargo: TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA
Requisitos de Ingresso
Formação técnica de nível médio em Técnico em Imobilização Ortopédica, certificado de conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC ou Atestado de Capacidade Técnica emitido por Associação de Classe reconhecida pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Registro na Associação de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo, em unidade hospitalar.
Para comprovação do exercício de atividade profissional, NÃO SERÁ CONSIDERADA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO.
Remuneração: R\$2.173,60
Carga horária: 40 horas semanais.
Lotação: Centro-Oeste, Caparaó e Nordeste

Cargo: TÉCNICO EM LABORATÓRIO (HEMOTERAPIA)
Requisitos de Ingresso
Formação técnica de nível médio em Técnico de Laboratório, reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo e em Serviço de Hemoterapia devidamente declarado.
Para comprovação do exercício de atividade profissional, NÃO SERÁ CONSIDERADA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO.
Remuneração: R\$2.173,60
Carga horária: 40 horas semanais.
Lotação: Rio Doce, Caparaó, Centro-Oeste e Nordeste

Cargo: TÉCNICO EM LABORATÓRIO (ANATOMIA PATOLÓGICA)
Requisitos de Ingresso
Formação técnica de nível médio em Técnico de Laboratório, reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo, na área de Anatomia Patológica.
Para comprovação do exercício de atividade profissional, NÃO SERÁ CONSIDERADA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO.
Remuneração: R\$2.173,60
Carga horária: 40 horas semanais.
Lotação: Microrregião Metropolitana

Cargo: TÉCNICO EM ÓRTESE E PRÓTESE
Requisitos de Ingresso
Formação técnica de nível médio em Técnico em Órtese e Prótese, certificado de conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC ou Atestado de Capacidade Técnica emitido por Associação de Classe reconhecida pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Registro na Associação de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo.
Para comprovação do exercício de atividade profissional, NÃO SERÁ CONSIDERADA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO.
Remuneração: R\$2.173,60
Carga horária: 40 horas semanais.
Lotação: Microrregião Metropolitana

Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
Requisitos de Ingresso
Formação técnica de nível médio em Técnico em Radiologia, certificado de conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho de Classe. Comprovar experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo.
Para comprovação do exercício de atividade profissional, NÃO SERÁ CONSIDERADA SOBREPOSIÇÃO DE TEMPO.
Remuneração: R\$ 1.304,16
Carga horária: 24 horas semanais.
Lotação: Microrregião Noroeste

2. UNIDADES DE LOTAÇÃO – MICRORREGIÃO

CENTRO-OESTE (Colatina e Baixo Guandu)
Hospital E Maternidade Silvio Ávidos - HMSA
Núcleo Regional De Especialidades De Colatina - NREC
Superintendência Regional De Saúde De Colatina - SRSC
Hemocentro Regional De Colatina - HEMOESC
Hospital João Do Santos Neves - HJSN

Farmácia Cidadã De Colatina
METROPOLITANA (Grande Vitória)
Central Administrativa - CA
Centro De Reabilitação Física Do Estado Do Espírito Santo - CREFES
Hospital Antonio Bezerra De Farias - HABF
Hospital Doutor Dório E Silva - HDDS
Hospital Estadual De Atenção Clínica - HEAC
Hospital Estadual De Vila Velha - HESVV
Hospital Infantil E Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA
Hospital Infantil Nossa Senhora Da Glória - HINSG
Hospital Pedro Fontes - HPF
Hospital São Lucas - HSL
Núcleo Regional De Especialidades De Vitória - NREV
Superintendência Regional De Saúde De Vitória - SRSV
Hemocentro Do Estado Do Espírito Santo - HEMOES
NORDESTE (São Mateus)
Hospital Roberto Arnizaut Silvares - HRAS
Superintendência Regional De Saúde De São Mateus - SRSSM
Núcleo Regional De Especialidades De São Mateus - NRESM
Farmácia Cidadã De São Mateus
Hemocentro De São Mateus - HEMOESSM
CENTRAL SUL (Cach. de Itapemirim e Jerônimo Monteiro)
Centro De Atendimento Psiquiátrico Aristides Alexandre Campos - CAPAAC
Unidade Integrada De Jerônimo Monteiro - UIJM
Núcleo Regional De Especialidades Cachoeiro De Itapemirim - NRECI
Superintendência Regional De Saúde De Cachoeiro De Itapemirim - SRSCI
Farmácia Cidadã De Cachoeiro De Itapemirim
CAPARAO (São José do Calçado)
Hospital São José Do Calçado - HSJC
RIO DOCE (Linhares)
Farmácia Cidadã De Linhares
Nucleo De Hemoterapia Linhares
NOROESTE (Barra de São Francisco e Nova Venécia)
Hospital Doutora Rita De Cássia - HDRC
Farmácia Cidadã - Nova Venécia